

POR REDAÇÃO

O prefeito José Auricchio Júnior (PSD) mais do que dobrou o montante da dívida pública de São Caetano em sua atual gestão. Os reflexos do estrangulamento financeiro da cidade são nítidos e estão sendo sentidos pelos moradores, que reclamam especialmente do sucateamento da saúde e da educação – o Ministério Público, para ficar em apenas um exemplo, acaba de questionar o governo sobre a falta de professores no programa de ensino integral, recentemente implantado. Todavia, os vereadores da base governista acharam que o momento seria oportuno para propor 76% de reajuste no salário de prefeito, vice-prefeito e secretários – ou seja, todo o primeiro escalão da administração municipal. O impacto do aumento, que só passará a vigorar em janeiro de 2025, quando se instala a futura gestão, será de R\$ 3,5 milhões por ano no orçamento.

É preciso deixar claro que o projeto de lei que propõe o reajuste salarial não é, oficialmente, de autoria do Executivo, mas da Mesa Diretora da Câmara, presidida por Pio Mielo (PSD). Todavia, o histórico de submissão do Legislativo às ordens emanadas do governo autorizam a opinião pública a dar os devidos créditos a José Auricchio Júnior. Ou há algum são-caetanense que desconheça a indecorosa falta de autonomia de um Gilberto Costa, líder do governo na Casa? Ou a incapacidade de um Beto Vidoski de propor algo que vá contra a determinação do prefeito? E o que dizer então de Tite Campanella (PL), que não se declarou impedido de votar um aumento salarial pornográfico – quando comparado ao reajuste concedido aos demais servidores, de 4,5% – que pode lhe beneficiar daqui a seis meses, caso saia vitorioso do pleito majoritário?

Enquanto a população é atendida em consultórios médicos improvisados na carroceria de um caminhão e crianças ficam sem tomar a merenda nas escolas municipais por escassez de profissionais para atender à demanda, os vereadores de São Caetano – com as honrosas exceções de Bruna Biondi (Psol), Edison Parra (Podemos) e Ubiratan Figueiredo (União Brasil) – estão preocupados em garantir os polpudos rendimentos dos poderosos da cidade a partir de janeiro de 2025. Mais do que discernimento sobre a realidade são-caetanense, faltou bom senso à maior parte dos legisladores. O que os eleitores indignados com o episódio podem fazer? Uma boa ideia é guardar o nome de quem se posicionou favoravelmente ao

reajuste e, por meio das urnas, manifestar um democrático repúdio aos que não demonstraram a mínima sensibilidade social.

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/4145336/insensibilidade>

Veículo: Online -> Site -> Site Diário do Grande ABC - Santo André/SP

Seção: Editorial